



ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Segunda-feira, 27.09.10 | 12h43

Você está aqui: Home » Organização » CEMGFA » Intervenções » 2010

03/10
23-09-2010

Seminário - PORTUGAL E A NATO

INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O GENERAL CEMGFA NO ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA SUBORDINADA AO TEMA

"Portugal e a NATO: Uma Perspectiva Histórica na Véspera de um Novo Conceito Estratégico"

IESM, 23 de Setembro de 2010

Senhor Vice-Almirante Director do Instituto de Estudos Superiores Militares

Senhor Director do Instituto Português de Relações Internacionais

Senhor Professor Doutor Luís Rodrigues, em representação do Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Queria começar por louvar a iniciativa do Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa (IPRI-UNL) do Centro de Estudos de História Contemporânea do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) em promoverem conjuntamente esta Conferência, subordinada ao tema *"Portugal e a NATO: uma perspectiva histórica na véspera de um novo Conceito Estratégico"*.

A realização conjunta desta actividade materializa uma parceria que identifico como muito útil para o IESM e como tal para as Forças Armadas, e que me permito acreditar que oferece também interesse aos demais Parceiros e à Universidade.

Viver e agir em parceria é um bom mote para abordar a revisão do Conceito Estratégico da NATO.

Estou convicto que os trabalhos desenvolvidos ao longo deste dia, permitiram registar valiosos contributos e que a partilha de opiniões e a troca de pontos de vista contribuiu para aprofundar a reflexão que aqui nos trouxe.

A oportunidade e a pertinência da temática em apreço é evidente.

Como muito importantes são as suas potenciais consequências para o futuro próximo da Aliança, uma vez que se antecipa que o novo Conceito visará os próximos 10 anos.

Dele se espera a reavaliação do papel e das funções da NATO no Mundo e dele decorrerá, como é óbvio, um impulso que, não sendo o único, será muito importante para o relançamento e actualização de todo o ciclo de planeamento estratégico nacional.

A primeira consideração que o novo Conceito deve proporcionar é uma leitura esclarecida e corajosa do ambiente de segurança do Séc XXI. Um ambiente que, contendo inevitavelmente o Afeganistão, seja também o de um tempo pós-Afeganistão.

Evidentemente reafirmando a defesa colectiva, ou seja o artigo 5º do Tratado de Washington, como o elemento definidor e essencial da Aliança. Como a sua pedra fundadora.

Confirmando a Aliança como uma organização de matriz política, mas de expressão sobretudo militar.

Mas, ao mesmo tempo, fazendo uma leitura mais contemporânea e por essa via mais realista, do contexto político e estratégico. Organizando a Aliança mais do que até aqui, também para o que decorre do artigo 4º do Tratado, para a segurança cooperativa, para um modelo de segurança centrado nas pessoas e na necessidade de defender as suas vidas, bens e formas de viver.

Como tenho afirmado o futuro modelo deve ser de segurança colectiva não especificamente orientado contra ninguém, e de segurança colectiva com todos e para todos.

Passo primeiro será reconhecer as ameaças, de que destaco o terrorismo, o radicalismo extremista, as ciber-ameaças e a proliferação de vectores balísticos e de armas de destruição em massa. E também os riscos e desafios, como, entre outros, o crime organizado, o tráfico ilegal de pessoas, armas e drogas, a segurança energética, as questões do ambiente, das migrações, da igualdade de género e das pandemias.

Ou seja, é bom que o novo Conceito marque com clareza que passou já o tempo do pós-Guerra Fria, e que estamos mesmo para além do 11 de Setembro e dos atentados posteriores em Madrid e Londres.

Estamos num tempo de segurança que inclui tudo o que antes referi e ainda o Iraque, o Afeganistão e Estados falhados como a Somália, de onde resultam fenómenos tão espúrios como a pirataria. Um tempo em que assistimos à indiscutível emergência de poderes como a Rússia, a China, o Brasil e a Índia e de outros, numa segunda linha, como o Irão, a África do Sul e a Arábia Saudita.

É preciso pois, repensar a Aliança e a sua função num Mundo assim globalizado, interdependente, policêntrico, em rápida e constante mutação e marcado por desafios, riscos e ameaças vincadamente assimétricas.

Tenho para mim que a primeira conclusão é que, se é discutível que seja para estas novas questões que a Aliança se deve prioritariamente orientar, não me oferece hesitação que elas não podem constituir uma segunda ordem de prioridades. Ou seja, elas devem também estar, na primeira linha das atenções da Aliança.

A segunda conclusão é que a Aliança pode ser, e na minha perspectiva deve ser, uma sede privilegiada de concertação entre a América do Norte e a Europa para todas as questões de segurança.

A terceira conclusão, decorrente da natureza destas ameaças, riscos e desafios, é que a NATO, não devendo pretender ser um actor global, tem que se organizar para ter uma acção global mediante parcerias. A NATO tem portanto que estabelecer uma rede de relações e de parcerias ao longo do Mundo. Esta é uma opção central e indispensável em matéria de gestão da segurança.

Acima de todas, uma parceria muito privilegiada com a União Europeia. A União Europeia é o principal aliado e parceiro da NATO. E vice-versa.

E também uma parceria com a Rússia, cuja colaboração é absolutamente indispensável em praticamente todos os grandes dossiers de segurança do Mundo, com destaque imediato para a defesa anti-míssil e para tarefas ingentes do controlo de armamentos, como a revisão do Tratado CFE ou a redução do número de armas nucleares na Europa. Podemos ter reserva e devemos ter cautela

quanto à atitude russa, mas reconhecer a vantagem dessa relação positiva, será só por si um enorme progresso.

A esse propósito, o facto de estar previsto que aqui em Lisboa, na mesma ocasião em que se aprova o novo Conceito, tenha lugar uma Cimeira NATO-Rússia, é bom presságio.

E outras parcerias. Com as Nações Unidas, com a OSCE, com os novos Estados emergentes, com a União Africana, etc.. E neste objectivo e necessidade incluo sem dúvida as Organizações Não Governamentais, ainda que haja aqui que separar o trigo do joio.

Vale a pena duas breves elaborações complementares. Uma sobre a dimensão do Sul e a outra sobre a União Europeia.

Quanto ao Sul é uma questão de evidência prática que a sensibilidade sobre esta área do Globo não é nem exuberante nem abundante na NATO. Pelo menos por enquanto. O entorno magrebino ainda suscita alguma atenção, mas não é verdadeiro dizer o mesmo relativamente ao restante continente africano e talvez ainda menos no que toca à América do Sul. Não vale a pena considerar que não deve ser assim. É de facto assim. Nós, os europeus meridionais, e talvez em particular nós os portugueses, ganhamos se não nos iludirmos quanto a isso. O que não significa que não seja nosso interesse e nosso dever, continuar a chamar a atenção de todos para as problemáticas do Sul. Até porque há infelizes mas fundados motivos para pensar que aí residirá e talvez de modo crescente, um considerável número de preocupações sérias para a Aliança.

Aliás, algo que tem que ser melhor compreendido nesta NATO de 28 países é que cada Nação tem que incorporar como seus e portanto como comuns, os problemas de todos os outros.

O que não significa que, por exemplo, seja idêntica a ponderação que nórdicos e mediterrânicos fazem das questões do *High North* e do *Magreb*. Mas ambas as áreas têm que interessar a uns e a outros.

Relativamente à União Europeia, estará bem o novo Conceito se tratar de modo muito atento e central a relação NATO/União Europeia. Espero que o faça.

Os problemas dos Homens, do Mundo e da Europa justificam e a meu ver impõem, uma concertação positiva da NATO e da União Europeia a favor da Paz, da Segurança, dos Direitos Humanos e do Desenvolvimento.

Os contributos concretos das duas organizações atestam-no com clareza.

É um facto que a NATO detém uma capacidade militar única. Mas é também um facto que são ténues os seus instrumentos diplomáticos, económicos e sociais. E que a União Europeia, tendo uma capacidade militar que apesar de crescente é limitada, tem fortes e poderosos instrumentos de ordem política, económica e social.

Isto leva-nos a outra questão que o Conceito não deixará de tratar. A da clara identificação de que a resposta às ameaças, riscos e desafios do presente e do futuro que já podemos antever, implica, em função das suas causas, motivações, natureza e traduções concretas, a necessidade da intervenção multidimensional de instrumentos de ordem política, militar, securitária, de desenvolvimento, de reconstrução económico-social e de apoio à criação de uma boa governação. E que esta intervenção deve naturalmente ser convergente, concertada e coordenada.

É fácil de perceber o imperativo de útil e efectiva articulação que daqui resulta para a NATO e para a União Europeia, naturalmente nunca questionando, antes observando, a função legitimadora que cabe às Nações Unidas.

É este tipo de abordagem, que se vem consagrando como de "*comprehensive approach*", que o novo Conceito não deixará seguramente de iluminar .

Entronca aqui a problemática das capacidades civis da NATO.

Neste contexto de Segurança e com este requisito de "*comprehensive approach*" devem ou não ser introduzidas novas capacidades civis na NATO?

Pessoalmente entendo que só muito limitadamente e com um propósito muito específico.

E muito limitadamente porque deve constituir objectivo superior que na NATO se evite duplicação

ou competição com outros, nomeadamente com a União Europeia, o que seria um muito mau passo político e institucional, ao mesmo tempo que seria inexplicável no plano da aplicação dos recursos, que, pelo menos para 21 países, são os mesmos.

Mas talvez seja aceitável e vantajoso desenvolver na NATO uma capacidade civil mínima, estruturada para facilitar o trabalho da Aliança com as organizações que, mais desenvolvidamente detêm essas valências civis. Apenas e só para isso. Elementos facilitadores no plano de acção concreta e que, ao mesmo tempo, estimulem a cooperação política e institucional. Reconhecendo riscos e dificuldade em estabelecer limites, isso parecer-me-ia possível e bem.

Porque estamos num ambiente académico, acrescento que as óbvias consequências que a matriz da "*comprehensive approach*" traz para a prática dos seus agentes das diferentes vertentes, obriga à revisão cuidada das respectivas formações.

Pela parte das Forças Armadas Portuguesas, temos vindo, talvez desde sempre, mas com ênfase crescente no passado próximo e no presente, a dar boa atenção à necessidade de prepararmos os quadros militares para actuarem nessas circunstâncias, isto é, a possuírem a necessária capacidade para inter-agirem de modo útil e eficaz com os quadros de todos os outros vectores de actuação.

Estamos satisfeitos com os resultados alcançados e temos a expectativa que processo análogo se passe noutras sedes, nomeadamente na Universidade e no Instituto Diplomático.

Independentemente do conteúdo faço votos para que, no seu conjunto, o novo Conceito seja um documento marcado por flexibilidade, para poder ir sendo ajustado e adaptado à evolução do contexto e também que seja realista, o que acima de tudo significa que é necessário que não seja ilusória a equação entre objectivos e recursos.

Só com estes requisitos será possível elaborar as Directivas Políticas e as Directivas Militares que se deverão seguir imediatamente ao Conceito, conferindo-lhes verdadeiramente o carácter de instrumentos objectivamente orientadores da acção corrente da Aliança Atlântica e dando portanto sentido e alcance ao novo Conceito.

Uma palavra final para referir que Portugal e as suas Forças Armadas puderam dar uma importante contribuição para este Conceito, cujo primeiro Projecto não será difundido antes do final do corrente mês pelo Secretário-Geral da Aliança, entidade que tem a responsabilidade de o apresentar.

De facto, começámos por contribuir muito marcadamente para a produção do documento denominado "*Multiple Futures Project*", produzido pelo *Allied Command for Transformation*, que constituiu o marco verdadeiramente iniciador de todo o processo, e que é realmente um documento interessantíssimo.

Depois acompanhámos e influenciámos se não todos, quase todos, os Colóquios e Seminários que a este propósito a Aliança organizou e, na fase de elaboração do Relatório do Grupo de Especialistas, presidido pela Senhora Albright demos numerosos e creio que muito válidos contributos, na base de um documento orientador previamente preparado e concertado entre o MNE, o MDN e o EMGFA.

Estamos agora inteiramente disponíveis e a meu ver bem preparados, para o trabalho final de discussão e acerto que nos levará até à Cimeira.

Independentemente do que vier a ser proposto e aprovado temos que estar muito tranquilos em relação ao modo como, visando um novo Conceito Estratégico, exercemos a nossa qualidade de país da Aliança, naturalmente procurando com honestidade e convicção, proteger os nossos interesses e as nossas perspectivas.

Tratou-se singelamente de um exercício de dever e de responsabilidade.

Porque não existe nós e a NATO. A NATO somos nós!

Muito obrigado.

Em 23 de Setembro de 2010

O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Luís Valença Pinto

General

